

fevereiro
6

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO DEZASSEIS

Ao vigésimo quarto dia, do mês de Maio, do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Extraordinária no edifício da União de Freguesias, Rua Frei Francisco Macedo, Botão, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de convocatória emitida a vinte de Maio de dois mil e dezasseis:

Ponto Único – Recomposição da Junta de Freguesia.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença de oito dos nove membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro, Henrique Fernando Simões Farelo, Florentino Alcides da Graça Vieira, João Oliveira Torres Pardal, Maria Regina Oliveira e Sara Laranjeira Ferreira Lindo, e com falta justificada de Fernando Lopes Morais.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares, Secretário Sérgio da Costa Madeira e Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e quatro minutos, cumprimentando todos os presentes e antes de iniciar a ordem do dia, a Presidente questiona a Mesa se há alguma oposição em continuar com a Assembleia, dados os lapsos ocorridos com a convocação da mesma, muito embora a convocatória formal estivesse correta.

João Pardal chama a atenção sobre o artigo mencionado na Convocatória, dizendo que o artigo 11º se refere a Sessões Ordinárias, sendo o correto para Sessões Extraordinárias, o artigo 12º, e solicita a correção do mesmo na Convocatória. Após esta correção, aceite pela Presidente no imediato, todos os membros concordaram em prosseguir com a Assembleia.

Elsa Ferreira inicia então a ordem do dia, mencionando um e-mail enviado pelo Presidente da UFSB, Rui Soares, em dezoito de Maio de dois mil e dezasseis, e-mail este que ficará anexado à presente Ata, a solicitar a substituição do Secretário do Executivo, Sérgio Madeira.

Após a Presidente da Mesa ler o e-mail em causa, passa a palavra a Rui Soares.

O Presidente após cumprimentar os presentes, explica que o motivo para este pedido é a existência de incompatibilidades entre os membros do Executivo e que têm impedido um melhor funcionamento da Junta de Freguesia, e que os motivos terão sido discutidos de forma aprofundada em reuniões com elementos que fizeram parte da lista da USB e as pessoas implicadas. Menciona o trabalho meritório dos membros da lista aquando das eleições e do Secretário em várias situações, nomeadamente no apuramento das dívidas das extintas Freguesias. Diz que não pretende um afastamento do Secretário, solicitando que continue a colaborar.

Sérgio Madeira pede a palavra e pergunta o porquê da sua exoneração.

Rui Soares diz que só avançou para a candidatura a Presidente de Junta, porque teve muita gente a apoiá-lo, nomeadamente, Sérgio Madeira que foi quem lhe deu o incentivo final e que lhe disse que estaria sempre com ele, disponibilizando o seu tempo para o ajudar, caso ganhássemos as eleições. Após ter ganho as eleições, Rui Soares sugeriu logo à partida a divisão do seu tempo inteiro em dois meios tempos com Sérgio Madeira, por forma a gratificá-lo pelo seu trabalho e empenho.

Sérgio Madeira responde que enquanto estiver no Executivo continua disponível para o ajudar, e que como Presidente de Junta, Rui Soares não tem legitimidade para pedir a sua exoneração e se este insistir em avançar com este pedido, também ele avançará para as devidas instâncias legais.

Explica em sua defesa, que no dia vinte e um de Fevereiro de dois mil e dezasseis pediu a Rui Soares que anunciasse que deixaria de ter o meio tempo, tendo-o avisado várias vezes por escrito, nomeadamente a Presidente da Assembleia e que o motivo desta atitude seria a

inércia do Tesoureiro, Miguel Monteiro. Continua, dizendo que mais ou menos há dois meses atrás, numa das reuniões do Executivo, Rui Soares disse a Miguel Monteiro que não colaborando na Junta de Freguesia, teria que sair do Executivo, dando lugar a quem trabalhe e ajude. Na altura, Miguel Monteiro respondeu a Rui Soares, que este não tinha competência para o tirar do Executivo. Sérgio Madeira, continua o seu discurso, dizendo que se as cinquenta e duas Atas do Executivo não desaparecerem, comprovam as legalidades, rigor e transparência do seu trabalho, bem como a sua dedicação e profissionalismo. Diz que veio para defender os interesses da Freguesia e não de fornecedores e empreiteiros. “Quer agora que saia para começar a ter favores de fornecedores e empreiteiros?” Fala da sua abstenção no Relatório de Contas e da Declaração de Responsabilidade e que soube no dia seis de Maio que a Ata que elaborou e a sua Declaração não foram as que foram entregues. Menciona que o motivo da sua abstenção foi por existirem diferenças nas contas de dois mil e quatorze e que nem o Presidente, nem o Tesoureiro quiseram reunir para rever as ditas diferenças, chegando-se às contas de dois mil e quinze com as mesmas diferenças. Relata que em dezoito de Março, o contabilista Nelson Trindade, enviou as contas de dois mil e quinze para análise, e só passados uns dias se reuniram para as analisar. No dia vinte e um voltou a perguntar a Rui Soares e a Miguel Monteiro se já as tinham analisado, ao qual responderam que ainda não o tinham feito. Sérgio Madeira disse então, que havia uma diferença de 20.000 euros, e na sexta-feira seguinte o contabilista corrigiu os erros enunciados pelo Secretário, não tendo mexido nas receitas (cerca de 2.000 euros). Nesta mesma reunião, diz Sérgio Madeira que, Nelson Trindade disse que se falava em Souselas, que um membro do Executivo tinha dito que havia 2.000 euros de diferença nas contas e que o Presidente nada fez para apurar esta situação. Só no dia vinte e oito de Abril se voltaram a reunir para enviar as contas para o Tribunal de Contas e no mesmo dia, o Presidente e o Tesoureiro manifestaram-se dizendo que não as tinham analisado. Disse que Rui Soares ligou ao contabilista a questionar o motivo de não terem sido retificadas as contas e enquanto isso, Miguel Monteiro assinava-as. Disse também que Miguel Monteiro pediu ao Secretário que a Ata fosse feita no dia da reunião, tendo o Tesoureiro chegado à reunião por volta das vinte e duas horas e vinte minutos. Sérgio Madeira diz que a Ata número onze do Executivo expressa bem a posição de cada um quanto a este assunto e diz que nunca, em cinquenta e uma atas do Executivo, as mesmas foram feitas nos dias de reunião. Mas o que considera mais grave, foi a retirada da justificação da sua abstenção em relação ao Relatório de Contas. Justifica que a Declaração de Responsabilidade exigida pelo Tribunal de Contas continha várias alíneas e que como não concordou com uma delas, justificou. Justificação esta que não foi anexada à documentação de prestação de contas enviada ao Tribunal de Contas. Havendo diferenças de gestão, tem apresentado as suas discordâncias, estando as mesmas registadas nas atas do Executivo. E menciona que estava no Executivo a ser gozado e desrespeitado, embora executasse as suas funções de Secretário (não a tempo inteiro como inicialmente) e mais algumas funções além destas.

Rui Soares diz que tem já alguma experiência nestas matérias e que tenta resolver os problemas que vão surgindo com bastante ponderação, humildade e tentando colocar-se sempre no lugar da outra pessoa, assim, embora nunca tivesse ido a uma Assembleia antes de ter sido Presidente de Assembleia, com os princípios já enunciados, as coisas correram sempre bem. Diz que não há diferença nas contas mas sim discordância na classificação das faturas, e precisamente porque este Executivo se preocupa com todos os detalhes do Relatório de Contas e em percebê-lo, nas várias reuniões existentes, questionaram o contabilista se é legítimo classificar as barracas/tendas na subconta “ferramentas e utensílios. Como Presidente não tem que fazer o trabalho todo e por isso tem gente de confiança a ajudá-lo. Esclarece que a Sofia (funcionária da Junta) faz parte da contabilidade na Junta de Freguesia existindo alguns registos que não consegue fazer informaticamente, resultando daí as diferenças existentes. Recorda que chegou a chamar Miguel Monteiro de garoto, coisa que nunca seria capaz de chamar a Sérgio Madeira, pelo respeito que lhe tinha, mas que já teve que lhe dizer que era mentiroso algumas vezes, sendo as declarações hoje enunciadas prova disso. O Executivo reuniu no dia vinte e oito para aprovar as contas, tendo já sido analisadas anteriormente, só estando à espera das correções por parte do contabilista. Rui Soares disse que o Tesoureiro,

Ferreira
4

Miguel Monteiro, lhe ligou cerca das dezoito horas a avisar que tinha uma reunião na empresa e que chegaria por volta das vinte e uma horas para assinar as contas e enviá-las para o Tribunal de Contas, tendo a reunião iniciado por volta das vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. Miguel começou a assinar o Relatório de Contas e Sérgio Madeira disse que o contabilista só tinha corrigido algumas coisas e não justificou o porquê de não ter corrigido as outras. Rui Soares ligou de imediato para o contabilista para esclarecer a situação e este foi peremptório dizendo que tinha que ser assim e que estava tudo bem. Sérgio Madeira questionou Rui Soares se tinha analisado as contas ao que este respondeu que como era costume lhe tinha delegado essa função e como tal não tinha que se fazer o mesmo trabalho duas vezes. O Presidente solicitou então ao Secretário que se elaborasse a Ata para se enviar para o Tribunal de Contas. Este responde a dizer que estava na junta desde as dezasseis horas e que tinha que ir jantar. Rui Soares alertou para o facto da Ata ter que seguir no dia seguinte e como tinha Assembleia Municipal, que o ocupava a tarde toda e o Miguel estaria a trabalhar longe de Coimbra, não estando a ver como resolver a situação se a Ata não fosse feita nesse momento. Face à má vontade e agora apercebendo-se de má fé talvez, o Presidente cedeu, dizendo que no dia seguinte, sexta feira haveria de se arranjar uma solução. O Secretário comprometeu-se a fazer a Ata no dia seguinte e disse que ainda ia ponderar sobre a sua posição na votação das contas. Diz o Presidente que chegou à Junta no dia seguinte por volta das dez hora e trinta minutos, e passado pouco tempo chegou o Secretário sendo logo confrontado pelo Presidente sobre a feitura da Ata. Respondeu que a faria de seguida. Chegou-se à uma hora e quinze minutos, altura em que o Presidente saiu para a Assembleia Municipal, e a Ata ainda não estava pronta. Só por volta das dezasseis horas, é que o Secretário ligou ao Presidente a dizer que tinha a Ata feita. Na AM, mas preocupado com a situação, o Presidente ligou a Miguel Monteiro para saber da sua localização. Miguel responde que estaria em Souselas por volta das dezasseis hora e trinta minutos, combinando então de ele passar na Junta e levar a Ata a Coimbra à AM para que o Presidente a pudesse assinar e levá-la ao contabilista, para que fosse enviada ao Tribunal de Contas. Mal viu o que o Secretário tinha escrito, ligou de imediato ao Presidente a denunciar a situação. Levou a Ata ao Presidente e perguntou o que é que se poderia fazer numa situação daquelas. Ou seja, o Secretário tinha feito a Ata a deturpar o que se tinha passado na realidade e agora nem atendia os telemóveis depois do Presidente ter ligado para ambos os telemóveis que o secretário possui, (da junta e particular). O Tesoureiro, porque tinha que se ausentar, disse ao Presidente que não concordava com a Ata, mas que a assinava para lhe dar possibilidade de a poder usar se fosse esse o caso. Disse inclusive que lhe confiava a resolução daquele problema. Rui Soares, diz que em conjunto com a Presidente da Assembleia e do contabilista, viram que a forma legal de resolver a situação era de enviar um Extrato da Ata que não existia porque não foi aprovada, referindo o sentido de voto dos membros do Executivo em relação às contas.

Elsa Ferreira refere que caiu de "para-quedas" na lista USB, não conhecendo quase ninguém, inclusivamente Rui soares. E desta forma tem algumas vantagens, pois não sendo de natureza política e não conhecendo o histórico da freguesia e dos seus autarcas, está ali para trabalhar, colaborar e não para bloquear ou atacar o que quer que seja e quem quer que seja. De modo que, tem estado de coração aberto e tem sido sempre o mais justa possível com todos. Diz que não é verdade e não admite que Sérgio Madeira diga que foi exonerado pela Presidente da Assembleia, pois como Presidente da mesma não tem qualquer competência para o exonerar. Já Rui Soares, como Presidente, pode pedir a substituição dos membros do Executivo. Desabafa dizendo que "muitas das vezes temos razão, mas as atitudes que tomamos não sendo as melhores, fazem-nos perder a mesma." Há razão por parte do Secretário, a qual a Presidente não descara.

Numa das reuniões da lista USB, Rui Soares colocou o seu lugar à disposição do Secretário Sérgio Madeira, o qual este recusou, dizendo: "Se o Presidente sair, eu também saio. Se ele ficar, eu também fico". Elsa Ferreira, enquanto membro da USB, nessa reunião e logo de seguida pergunta abertamente a Sérgio Madeira se há condições de trabalho no momento, ao qual o Secretário responde que sim, desde que ele e o Presidente se cruzem poucas vezes.

De seguida Elsa Ferreira volta a perguntar a Rui Soares se pretende avançar com o pedido de substituição do secretário. Rui Soares assentiu, reforçando que não precisa da Presidência da Junta para nada. Que deu a a oportunidade ao secretário de ser presidente, como este não aceitou, então terá mesmo que se afastar.

Sérgio Madeira volta a enumerar as vezes que informou Elsa Ferreira das situações que o atormentavam e tornando-se repetitivo, Elsa Ferreira interrompe dizendo que já toda a gente percebeu que Sérgio Madeira sempre lhe reportou a falta de empenho do Tesoureiro, percebendo agora ela própria, que muito provavelmente o que era pretendido pelo Secretário, era que a Presidente tomasse uma atitude mais abrupta, que nunca poderia tomar pois legalmente não tem competências para destituir ninguém.

Sara Lindo pergunta se a Assembleia tem competências legais para destituir um Membro e Elsa Ferreira responde que sim, a pedido do Presidente.

Rui Soares diz que perdeu a confiança no Secretário por tudo o que foi dito e feito, não sendo saudável e profissionalmente possível continuar a trabalhar com uma pessoa assim.

Elsa Ferreira diz que o intuito desta Assembleia é deliberar se a Mesa dá ou não competência ao Presidente para substituição de um dos Membros.

João Pardal intervém dizendo que se Sérgio Madeira foi sempre elogiado pelo próprio Presidente, e até mesmo pelo próprio João Pardal que o fez em Sede de Assembleia, não entende como é que Rui Soares pede agora a sua substituição. Diz também, que a Assembleia vota vogais e o Presidente distribui funções, e que estando o Secretário em pleno uso das suas funções, só o tribunal poderá determinar a perda do seu mandato, adiantando que existem vários pareceres sobre o assunto.

Elsa Ferreira diz que decorre da Lei e de pareceres da CCDR e do Tribunal Administrativo, que a partir do momento em que o Presidente pede a substituição de um vogal, a Assembleia autoriza ou não o mesmo a efetivar essa substituição. Sendo o vogal votado, este toma lugar na Assembleia obrigatoriamente, sendo obrigado a continuar o mandato até haver substituição legal, retomando posteriormente o seu lugar na Assembleia. Não havendo autorização da Assembleia para a sua substituição, o vogal é obrigado a manter as funções no Executivo.

João Pardal diz que a Lei é vaga e questiona a Presidente sobre qual a Lei e o Artigo que permitem a substituição de um vogal, e que caso se avance com a votação para a substituição do Secretário enquanto vogal do Executivo, os membros da Assembleia eleitos pela Coligação por Coimbra, não participam na votação. Elsa Ferreira verifica melhor a Lei 169/99, 75/2013 e os pareceres da CCDR, não se chegando a conclusões claras.

Coloca uma questão à Mesa: "Não havendo condições para continuar a trabalhar, o Presidente é obrigado a continuar com esta equipa? Sendo a Freguesia de enorme dimensão e não havendo uma equipa coesa a trabalhar, prejudica-se a Freguesia mantendo esta equipa?"

Regina Oliveira intervém, dizendo que não tendo estudado esta situação antecipadamente, porque não foi comunicado na convocatória, não acha correta a sua votação.

Dadas as dúvidas que entretanto surgiram, a Presidente Elsa Ferreira decide suspender a Assembleia, justificando que pretende agir com os valores pelos quais se tem regido até aqui, e sempre de acordo com a lei.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu como encerrada a Assembleia pelas vinte e três horas e doze minutos.

Foi elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

Botão, 24 de Maio de 2016

